

# Um estudo de caso: a história do Barão do Pontal

Mineiros da Zona da Mata na construção do Estado Nacional (1821-1841)

*A study of a case: the history of Barão do Pontal  
“Mineiros” from Zona da Mata, building  
the Nacional State (1821-1841)*

**Irene Nogueira de Rezende\***

*Artigo recebido 20 de outubro de 2009 em e avaliado em 10 de dezembro de 2009*

## **Resumo:**

A Província de Minas Gerais teve um papel de destaque na conformação do Estado imperial. Durante a Regência foi um dos pilares do projeto liberal moderado e palco de sua agonia na Rebelião de 1842. Torna-se relevante, portanto estudar mais detidamente as elites políticas responsáveis pela proeminência mineira nesse cenário. A partir de um conjunto documental formado por inventários, testamentos, listas de eleitores e jornais de época examino as bases econômicas e materiais de um grupo de fazendeiros nos meados do século XIX, avaliando concomitantemente sua participação política na configuração dos poderes provinciais e no âmbito mais amplo do Estado monárquico. Elegi, para tal, como figura emblemática, Manoel Ignácio de Mello e Souza, presidente da província, senador, e posteriormente, nobilitado como Barão do Pontal. O espaço geográfico recortado foi uma parcela da zona da Mata norte, mais precisamente, a região que inclui as cidades de Barra Longa, Viçosa e Ponte Nova.

## **Palavras-chave:**

Fazendeiros. Construção do Estado Nacional. Negócios.

---

\* Doutora em História Social pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo. Pós doutoranda no Programa de Pós graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais com bolsa de estudo da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

---

**Abstract:**

The province of Minas Gerais had a prominent role on the building of the Imperial State. During the Regency, it was one of the pillars of the moderate liberal project, and staged its agony on the Rebellion of 1842. Therefore, it becomes relevant to study at great length, the political elites responsible for the importance of Minas on this context. From a group of documents formed by inventories, testaments, electoral lists and newspapers from the period, I examined the economic and material bases of some of the farmers around the middle of the XIX century, evaluating simultaneously its political participation on the configuration of the provincial powers, and the larger scope of the monarchic State. For that I elected, as an emblematic character, Manoel Ignácio de Mello e Souza, president of the province, senator, and later honored as Barão do Pontal (Baron of the Pontal). The geographic space featured is part of the north Zona da Mata, more precisely the region that includes the cities of Barra Longa, Viçosa and Ponte Nova

---

**Keywords:**

Farmers. Building of the Nacional State. Business.

Nas primeiras décadas do século XVIII, a Zona da Mata de Minas Gerais em sua parte norte era uma região de acesso interditado pela Coroa Portuguesa. Era chamada, então, de Áreas Proibidas ou Sertões do Leste. Pela sua posição limítrofe ao Distrito do Ouro dispensava cuidados especiais por parte do governo metropolitano. Em Alvará de 1736 proibia-se a abertura de caminhos que atravessassem a região. Os motivos que resultaram na interdição foram dois. O primeiro e, acredito o mais forte, era proteger o erário do contrabando do ouro impondo uma rota única para o escoamento (e maior fiscalização) do metal em direção ao Rio de Janeiro. O segundo motivo seria a esperança do governo luso de novos achados de ouro nas Áreas Proibidas.

Apesar das imposições da Metrópole, a região foi, pouco a pouco, ocupada no rastro dos aventureiros que adentravam pelas suas densas matas não só à procura de novas jazidas, mas também da ipeca-coanha ou poaia, raiz muito utilizada durante os séculos XVIII e XIX como ingrediente precioso para elixires e mezinhas. Aventureiros que enfrentaram (e dizimaram) os índios – entre eles os temidos botocudos – foram erigindo capelas e ermidas pelo caminho, sementes de arraiais e vilas futuras. Terras que foram retalhadas no século XVIII e início do XIX em sesmarias não obstante as tentativas de interdição do governo português e que eram, paradoxalmente, doadas pelos próprios

representantes do rei para os portugueses recém chegados do Reino e habitantes de outras partes da América Portuguesa.

Nas décadas iniciais do XIX, Minas se beneficiava com os resultados das políticas de D. João VI para facilitar e agilizar o escoamento de produtos para o abastecimento da Corte. Vários caminhos<sup>1</sup> foram abertos através da capitania em direção ao Rio de Janeiro.

Por essa época desciam pelas estradas em direção ao Rio de Janeiro uma grande diversidade de produtos para o abastecimento não só da Corte, mas também de outras áreas da província fluminense, notadamente aquelas que iniciavam a produção intensiva do café e careciam dos bens produzidos na província mineira. Na volta, as tropas subiam com artigos importados e mercadorias não encontradas em Minas.

Da Comarca do Rio das Velhas e do Serro desciam em direção à Corte gado em pé, algodão em rama, pedras preciosas e fumo. Da Comarca do Rio das Mortes<sup>2</sup> também descia gado em pé, porcos, galinhas, queijos, toucinhos, fumo (ou tabaco), açúcar, rapadura, aguardente, algodão em rama, tecidos grosseiros e cereais diversos. A Comarca de Ouro Preto fornecia ainda ouro, ferro, toucinho, açúcar, doces, rapadura e aguardente.<sup>3</sup>

Vila Rica, no início do século XIX, era local de intensa vida comercial, uma espécie de entreposto. Para lá se dirigiam as tropas vindas dos arredores carregadas de produtos da terra para serem vendidos ou enviados para outras localidades. Quando as tropas retornavam a seus locais de origem, transportavam aqueles gêneros encomendados pelos fazendeiros ou mesmo para o abastecimento dos pequenos empórios e vendas dos arraiais, além dos escravos desembarcados no porto do Rio de Janeiro.

Pode-se inferir, mas não demonstrar que a produção das fazendas da parte norte da Zona da Mata abastecia Ouro Preto, Mariana e as vilas próximas e é muito provável que, parte desses produtos, fosse enviada para a Corte. Há fortes indícios que isso ocorresse principal-

<sup>1</sup> Essas rotas do Rio de Janeiro para Minas foram detalhadamente descritas por ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. S. Paulo: Cia. Ed. Nacional, s/d, pág. 288, LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. S. Paulo: Símbolo, 1979, págs. 57 a 64 e PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. S. Paulo: Brasiliense, 1973, págs. 243 a 246.

<sup>2</sup> Sobre o intenso comércio de São João Del Rei ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais (1831-1888)*. S. Paulo: Annablume, 2002.

<sup>3</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In. *HGCB*, tomo II, vol. 2. S. Paulo: Difel, 1964 e LENHARO, Alcir. Op.cit. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes. Mercadores das minas setecentistas*. S. Paulo: Annablume, 1999.

mente com os gêneros mais duráveis como açúcar, rapadura, toucinho e aguardente, tecidos grosseiros de algodão, lã e doces.

Os inventários pesquisados revelam uma grande variedade de gêneros produzidos pelas fazendas da Mata, embora preponderem, na maioria dos documentos, os engenhos de moer cana e alambiques que eram sempre itens arrolados nas listas de bens dos falecidos proprietários, principalmente naqueles situados nas cercanias de Ponte Nova e Barra Longa. As evidências sugerem, então, que as fazendas produziam voltadas também para o mercado, se não como explicar o grande número de engenhos de cana de açúcar? Opinião compartilhada pelo economista Marcelo Godoy em um estudo sobre as atividades agroaçucazeiras em Minas Gerais. Para ele, paralelamente à extração do ouro “processou-se a disseminação de engenhos e engenhocas de cana pelo território mineiro” e, apesar de todos os entraves colocados pela administração metropolitana, “a economia canavieira de Minas Gerais experimentou pronunciado desenvolvimento” e assim a fabricação do açúcar e aguardente consubstanciou-se numa “empresa longeva e rentável”.<sup>4</sup>

Atualmente sabemos que a capitania mineira e posteriormente a província possuía um dinâmico comércio interno e que, apesar das retrações havidas com o esgotamento das minas de ouro, se manteve num ritmo crescente e ampliado com a chegada da corte bragantina.

Não obstante, porém, com todos os avanços das pesquisas históricas, o período provincial mineiro ainda é pouco estudado especialmente no que tange à política local e a participação efetiva dos mineiros no processo de configuração do Estado. E sobre o universo dos proprietários que se estabeleceram na parte norte da Zona da Mata de Minas Gerais, nenhum estudo mais profundo foi detectado pela minha pesquisa. Investiguei os prováveis sinais de sua participação política na formação do governo provincial – já que como homens de negócios seriam inegáveis seus nexos com a política – aí também me deparei com uma nuvem espessa que encobria os liames entre esses proprietários e a vida política, seja da província, seja do país.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucazeiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX. In: *Revista História Econômica & História de Empresas/ABPHE*, vol. X, nº 2, S. Paulo: jul./dez. 2007, pág. 33

<sup>5</sup> Recentemente tomei conhecimento do excelente trabalho de Edna Maria Resende sobre a participação das elites regionais da região de Barbacena na configuração do Estado imperial: RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial. Barbacena (1831-1840)*. (História. Tese de doutorado) B. Horizonte:UFMG, 2008. Exemplar xerocado.

No processo de construção do Estado, estes setores dominantes certamente ambicionavam maior autonomia para a província, o que vale dizer, elaboravam estratégias e se uniam em torno de projetos que pudessem resultar em respostas positivas para suas demandas. E, entre elas, certamente constariam estar próximos do centro das decisões políticas, discutir as formas de representação e administração das rendas públicas, possibilitar o acesso direto ao governo provincial e garantir sua participação na condução do país de maneira que a propriedade – origem do poder – fosse mantida e ampliada, resultando em mais poder.

Outro ponto que não pode ser ignorado é que, ao contrário do que possa parecer, não havia um grupo homogêneo dentro da província empenhando-se por representatividade, mas vários segmentos de comerciantes e proprietários com demandas diferenciadas. Essa matização dos interesses e projetos teria que ser muito bem articulada para a inserção dos grupos dentro do poder, porque quando isto não ocorria surgiam as revoltas e rebeliões.

Não foi sem razão que Alcir Lenharo já havia perseguido essa pista há quase quarenta anos em seu livro *As tropas da moderação*. Embora tenha priorizado os setores proprietários e comerciantes do sul de Minas que se transformaram em lideranças políticas que iriam atuar na formação do Estado, seu trabalho abriu perspectivas para se examinar o papel de lideranças de outras partes da província.<sup>6</sup>

Além das fazendas de culturas diversificadas e de plantéis de escravos, muitos desses proprietários incluíam entre seus bens tropas de mulas para o transporte, indicando claramente que eram também tropeiros, as tropas, na época, era um dos setores mais rentáveis no mundo dos negócios.

Desde a Independência, com um sistema eleitoral onde prevalecia o voto censitário, afiançado pela outorga de Pedro I em 1824, os proprietários se projetaram na política local e regional construindo seu poder exclusivo e afastando as camadas populares do processo político. Pairava entre as camadas dominantes um temor latente de possíveis agitações que seriam perpetradas pelos desvalidos, mestiços e desempregados e, estava ainda no ar, o medo das revoltas escravas insuflado pelo exemplo do Haiti em 1794. Como notou Maria Odila Leite da Silva Dias, o “haitianismo” não deve ser examinado somente como uma manifestação de uma ideologia conservadora, mas como elemento catalisa-

<sup>6</sup> LENHARO, Alcir. Op.cit. Outro autor que também observou as estreitas conexões entre o mercado e política foi Ilmar Mattos em *O tempo saquarema*. MATTOS, I.R. O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004.

dor das forças políticas que de outra forma poderia ter desaguado numa cisão radical das classes dominantes em um momento crucial para a formação e configuração de um país que recentemente conquistara sua independência.<sup>7</sup> O período do Primeiro Reinado funcionou, então, como um tempo de ampliação e escalada de poder político dos negociantes ligados ao setor de abastecimento e dos proprietários de terras.

Foi durante a Regência que as elites dominantes do Brasil procuraram através de articulações ou mesmo de embates, se projetarem para lograr a sua inserção e manutenção nas esferas do poder, lutando por maior autonomia de suas províncias. E Minas teve um papel de destaque nesse processo lembrando que a província abrigava o maior foco de oposição ao imperador. Assim, após à abdicação, houve um remanejamento na esfera do poder central. Como notou Lenharo, a saída do imperador abriu “espaço para a projeção do setor abastecedor da classe proprietária” que passou a ter voz ativa na administração regencial articulando-se a políticos ligados à “pequena burguesia urbana e do segmento militar”. Este grupo, “relativamente coeso” não construiu bases partidárias sólidas e foram genericamente chamados de “liberais moderados”.<sup>8</sup>

Posteriormente, refinando minhas pesquisas, constatei o peso econômico dos proprietários da Zona da Mata norte, ou dos Sertões do Leste. Só para lembrar, a Mata, aqui considerando sua totalidade, era a região de Minas que reunia a maior parte dos cativos da província. Obviamente não podemos esquecer nem minimizar o papel importante de outras regiões mineiras, mormente o Sul (ou Comarca do Rio das Mortes), onde se concentrava o grosso do comércio abastecedor que conheceu grande prosperidade com a chegada da Corte na América Portuguesa.

Todavia sempre me intrigou a ausência de algum estudo sobre a região matense no período da formação do Estado nacional.

Dos muitos dados obtidos através da leitura dos inventários e testamentos, optei por aqueles que me possibilitassem mais qualificar do que quantificar os vários aspectos que revelassem toda uma vida vivida numa região que, distante da vida na Corte e de acesso difícil, se desvendava, revelando, paradoxalmente, que nesses mesmos espaços remotos os proprietários cultivavam hábitos de refinamento mais visíveis numa sociedade urbana.

Nas áreas da periferia do núcleo minerador constituído por Mariana e Ouro Preto prevaleciam propriedades com engenhos de

<sup>7</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. S. Paulo: Alameda, 2005.

<sup>8</sup> LENHARO, Alcír. *Op.cit.* pág. 122.

açúcar e aguardente e muitas delas com grandes contingentes de escravos. Aproximando-se das localidades de São Sebastião e Almas de Ponte Nova e de Santa Rita do Turvo, as fazendas produziam mais gêneros diversos como milho, feijão, arroz, algodão, café (já encontrado em todas as fazendas desde o final do setecentos) além da criação de porcos, ovelhas e gado de leite, embora em quase todos se encontrem engenhos de moer cana.

Em Santa Rita do Turvo (Viçosa) na fazenda do Padre Manuel Inácio de Castro, a atividade preponderante, segundo seu inventário de 1819, era a tecelagem. Com 73 escravos e teares fica evidente que o padre fabricava seus tecidos numa escala maior do que apenas para consumo próprio.<sup>9</sup>

Próximo a Santa Rita, na Barra do Bacalhau (Guaraciaba), Vicente Ferreira de Sá e Castro, falecido em 1827, legou para os herdeiros 85 escravos. Em sua fazenda da Boa Vista do Turvo ele criava porcos em grande quantidade, plantava cana, café, arroz, milho e feijão. As 24 bestas de tropas listadas no arrolamento dos bens indicam que ele próprio cuidava do transporte de suas mercadorias.<sup>10</sup>

Manuel Inácio de Mello e Souza, o futuro Barão do Pontal, recebeu por herança 66 escravos e uma fazenda perto da vila de Barra Longa onde se produzia açúcar e aguardente, além de criação de suínos e culturas diversas como milho feijão e arroz. A propriedade também possuía suas bestas para a formação de tropa.<sup>11</sup>

Na fazenda do Quebra-Canoas<sup>12</sup>, as refeições de seus proprietários eram servidas em porcelana da Companhia das Índias (sete dúzias), bandejas e talheres de prata. Faziam suas orações em uma capela no interior da sede, decorada com um quadro da Santa Ceia pintado por Mestre Manoel da Costa Ataíde, seis tocheiros pintados de ouro, turíbulo, “*hum vaso de Santos Óleos*”, cálice e patena de prata, mesa de altar delicadamente pintada com motivos florais, além de um crucifixo, quatro imagens, um lustre, pia batismal e paramentos litúrgicos.

<sup>9</sup> Casa Setecentista de Mariana: 2º ofício, cód. 79, auto 1690. Inventário com testamento de 1819.

<sup>10</sup> CSM: 2º ofício, cód. 23, auto 577. Inventário de 1827.

<sup>11</sup> CSM: 2º ofício, cód. 133, auto 2695. Inventário com testamento de 1830.

<sup>12</sup> CSM: 1º ofício, códs. 20 e 22, autos 552 e 590. Inventários de 1839 e 1849. Estes dois inventários são de Maria da Joaquina da Conceição e de seu marido o Capitão Francisco Martins da Silva. Um arrolamento minucioso permite a reconstituição da capela. O quadro da Santa Ceia foi vendido pela família ao governo do Estado de Minas Gerais; o altar integra a coleção de Beatriz de Pimenta Camargo e os tocheiros tive oportunidade de apreciá-los na residência da Sra. Maria da Conceição Gomes Martins, em Belo Horizonte.

Na fazenda Marimbondo, freguesia de Saúde, termo de Mariana e residência rural do Senador José Joaquim Fernandes Torres, são evidentes os elementos de uma vida cercada de luxos e conforto. O inventário da sua terceira esposa Antonia Joaquina Fernandes Torres<sup>13</sup> (e também sua sobrinha, filha de um irmão do Senador), falecida em 1850, revela que, nas suas temporadas no Marimbondo, o casal era servido por pajens uniformizados, ouviam música de um piano, o café era oferecido em bandejas de prata e dormia-se em lençóis de linho bordados.

Cruzando os nomes dos inventariados e dos políticos atuantes no período focalizado cheguei aos nomes de Manoel Ignácio de Mello e Souza (1781-1859) e José Joaquim Fernandes Torres (1797-1869). O primeiro, português de nascimento, formado em Coimbra, o outro nascido em Barra Longa e igualmente formado em Coimbra. Fernandes Torres teve uma carreira sólida na magistratura do Império, chegando a ministro de Estado, mas aqui me deterei na figura de Manuel Ignácio de Mello e Souza, o Barão do Pontal. A escolha desses dois nomes resultou, como já apontado, pela atuação política destacada de ambos, por serem eles da mesma região e também unidos por laços de parentescos, reafirmando mais uma vez como eram importantes as alianças matrimoniais como estratégia para alçar ao poder e manter (e aumentar) o patrimônio.

Manoel Ignácio, “nascido e batizado na Província do Minho do Reino de Portugal” em 1781, chegou ao Brasil em 1806 com 25 anos, portanto. No início de seu testamento está escrito: “Desde o ano de 1806 residi no Brasil, e se até 1822 fui português – jurei as bases da Constituição Portuguesa, depois de feita a separação, jurei a do Brasil, onde fiquei com todo meu coração.”<sup>14</sup>

Bacharel em Coimbra estabeleceu-se na cidade de Mariana, onde possuía parentes. Seu tio, o português Ignácio José de Souza Rabello era casado com Antonia Constancia da Rocha, rica herdeira de uma influente família proprietária de terras nas proximidades de Barra Longa e grandes amigos da família de Bernardo Pereira de Vasconcellos. Em junho de 1806, antes de vir para o Brasil, Manoel Ignácio foi habilitado na Mesa do Desembargo do Paço de Lisboa para serviço de Sua Alteza Real, o Príncipe D. João.<sup>15</sup> Chegando a Mariana, sob a proteção do tio Ignácio José, começou a advogar, mas já de olho em alguma sinecura que lhe garantisse um futuro e também que lhe pudesse abrir portas para um possível ingresso na política local.

<sup>13</sup> CSM: 1º ofício, cód. 36, auto 877. Inventário de 1850.

<sup>14</sup> Arquivo do Fórum de Ponte Nova: 2º Ofício, Caixa 1494/1506 B.

<sup>15</sup> BIBLIOTECA NACIONAL: Seção de Manuscritos, I, 32, 6, 23.



Com menos de dois anos morando em Mariana, foi o representante da Comissão da Câmara e Povo da Leal Cidade de Mariana para desejar as boas vindas à família real no porto do Rio de Janeiro. Em setembro de 1821, Manoel Ignácio foi eleito um dos dez membros da primeira Junta Governativa.<sup>16</sup>

Foi nessa época que integrou o núcleo rebelde da Junta numa conspiração que tinha suas “veleidades separatistas” no dizer de Iglesias<sup>17</sup>. Conspiração que apressou a visita do então príncipe regente a Vila Rica nos movimentos que antecederam o 7 de Setembro.

O objetivo da viagem<sup>18</sup> era contornar os surtos de rebeldia e acalmar os ânimos que andavam exaltados desde o ano anterior por ocasião das eleições para as Cortes de Lisboa e a decisão das mesmas Cortes de declarar independentes do Rio de Janeiro os governos provinciais. Por outro lado, para agravar a situação, a eleição para a primeira Junta Governativa tinha gerado conflitos e descontentamentos em Vila Rica e no resto da província.

Entre as reivindicações dos membros do governo provisório mineiro constava a criação de um Conselho de Províncias que gerisse as demandas que fossem do interesse comum das províncias. Na verdade, ressaltava nessa sugestão da Junta certo caráter federalista, na medida em que uma das características básicas da federação é justamente a divisão de competências entre o governo central e os governos regionais.<sup>19</sup> Acrescente a isso a lembrança da influência da Constituição norte-americana de 1787 sobre aquela parcela mais informada e intelectualizada da população.<sup>20</sup>

Depois de ameaças e tentativas de negociações entre os membros da Junta e a comitiva do príncipe, a primeira Junta foi desfeita

<sup>16</sup> A primeira Junta eleita era assim constituída: presidente D. Manuel de Portugal e Castro (que já governava a capitania desde 1814); vice-presidente José Teixeira da Fonseca Vasconcellos e os seguintes membros: Dr. João Lopes Mendes Ribeiro, Coronel Antonio Tomás de Figueiredo Neves, Dr. Theotônio Álvares de Oliveira Maciel, Tenente Cel. Francisco Lopes de Abreu, José Ferreira Pacheco, Capitão Mor José Bento Soares, Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza e o padre José Bento Leite Ferreira de Mello.

<sup>17</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Op.cit.

<sup>18</sup> A historiadora Ana Rosa Silva vê o objetivo primordial da viagem de D. Pedro mais focado nos conchavos e alianças com o setor abastecedor mineiro do que propriamente contornar os conflitos da Junta. Ver: SILVA, Ana Rosa Coclet da. Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. S. Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pág. 535.

<sup>19</sup> Ver DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. S. Paulo: Globo, 2005, pág. 287. Em sua pesquisa a autora fundamenta seus argumentos da existência de fortes elementos federalistas nas demandas provinciais, citando teórico do federalismo como William Riker e Preston King.

<sup>20</sup> Sobre os projetos de federalismo para o Brasil ver: DOLHNIKOFF, Miriam. Op.cit. e BASTOS Tavares. *A Província*. S. Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

num acordo com D. Pedro que imediatamente convocou a eleição para uma Segunda Junta, expurgada dos integrantes de sua antecessora, assim sendo Manoel Ignácio não foi eleito.

Todavia, em 1824, dois anos, portanto, após a primeira viagem do regente a Minas, Manoel Ignácio de Mello e Souza foi eleito para o Conselho de Governo da Província de Minas Gerais e no mesmo ano foi eleito deputado para a Assembleia Geral.

Em 1826, o futuro barão foi para a Corte assumir sua cadeira de deputado e também “por esse tempo removido por acesso da Ouvidoria de São João Del Rei para a Casa da Suplicação do Rio de Janeiro.”<sup>21</sup> Sua atuação como deputado, ao que tudo indica, foi pífia, não havendo registros de algum pronunciamento ou debate mais destacado de que ele tenha participado. Tudo leva a crer que seu forte não eram os debates no parlamento – onde começara a brilhar seu então companheiro Bernardo Pereira de Vasconcellos – mas as tramas urdidas nos bastidores, os arranjos com os eleitores e votantes do interior da sua província de adoção e as articulações com seus pares.

No ano de 1830, por ocasião do falecimento de seu tio e protetor, herda a fazenda do Gualaxo e 66 escravos, imóveis em Mariana e em Portugal. Vamos encontrá-lo nas listas nominativas<sup>22</sup> de 1831/32 já com uma posse de 131 escravos e proprietário em Furquim de três “fábricas” de mineração, cana e cultura.

A 22 de abril de 1831, foi designado Presidente da Província pela Regência. Desde a criação do cargo, em 1823, um dos critérios para a escolha desses homens da confiança do imperador era que fosse alguém de fora da província com o intuito de garantir a fidelidade ao governo central. Ser presidente funcionava como um degrau para alcançar postos mais elevados na carreira política. A presidência provincial era um cargo de rotatividade e, normalmente, esses administradores permaneciam poucos meses no local para onde fora nomeado. Mesmo com as reformas liberais da década de 1830, o cargo continuou sendo muito importante para a carreira de qualquer político e estratégico para fixar alicerces do Estado em construção.<sup>23</sup>

A escolha de Mello e Souza, que desde sua chegada de Portugal tinha Mariana como seu domicílio, já demonstra a sua influência e sua

<sup>21</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*. B. Horizonte: Fund. João Pinheiro, 1998, pág. 507.

<sup>22</sup> Fonte digitalizada. Martins, Roberto B.; Godoy, Marcel; Paiva, Clotilde e Martins, Maria do Carmo. *Listas nominativas de Minas Gerais 1831-1832*. Brasília: IPA, 2001. APM, lista nominativa de habitantes de Furquim, Termo de Mariana. Pasta 17, doc. 11, 1831.

<sup>23</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Op.cit

provável participação nas articulações do processo que levou à abdicação de Pedro I, lembrando aqui que esta ocorreu 15 dias antes de sua indicação para o cargo. A sua permanência frente à administração de Minas por quase três anos – ele foi substituído por Antonio Paulino Limpo de Abreu no final de 1833 – também é fora do comum, levando em conta o caráter efêmero do posto.

As evidências apontam aqui para um político articulado e integrado ao grupo dos liberais moderados que ascendeu ao poder depois do 7 de Abril. O futuro Barão do Pontal era amigo íntimo do Padre José Bento Ferreira de Mello. Essa amizade se estreitou nos tempos da primeira Junta Governativa em que ambos participaram como também os dois seriam eleitos em 1826 para a Assembleia Geral do Império. Quando Mello e Souza assumiu a administração da província, Ferreira de Mello se hospedava frequentemente na casa do presidente fazendo as vezes de secretário informal do governo. Acredito que ele fosse um dos mais próximos interlocutores do futuro Barão do Pontal.

O Pe. José Bento era de Pouso Alegre onde tinha grande prestígio e era proprietário do jornal *O Pregoeiro Constitucional*. Amigo chegado do Padre Diogo Feijó frequentava, na Corte, a Chácara da Floresta, residência de outro religioso deputado por Minas, o Padre José Custódio Dias. Esse local foi palco de várias articulações e mesmo conspirações nos dois primeiros anos da Regência. Foi lá que Feijó planejou o golpe parlamentar de 30 de julho de 1832: tentativa malograda de transformar a Câmara em Assembleia Nacional Constituinte e afastar o Senado das manobras para a reforma da Constituição. O Pe. José Bento foi o autor da chamada *Constituição de Pouso Alegre*, projeto da carta que distribuiu na Câmara dos Deputados nessa ocasião.

Quando eclodiu a Sedição de Ouro Preto, no dia 22 março de 1833, o padre se encontrava no palácio de governo em companhia do vice Bernardo Pereira de Vasconcellos. Aproveitando a ausência de Mello e Souza, um grupo de revoltosos liderados por Manuel Soares do Couto e apoiado por populares libertou alguns presos políticos. Vasconcellos assumiu a presidência provincial, mas foi expulso da cidade por Soares do Couto, fugindo para São João Del Rei onde restaurou o governo até a chegada de Mello e Souza. O chefe dos rebeldes se instalou na sede do governo e se proclamou presidente da província.

Para debelar a rebelião foi enviada do Rio de Janeiro uma tropa liderada por José Maria Pinto Peixoto que, depois de algumas escaramuças, dominou os rebeldes deixando um saldo de duas dezenas de mortos e muitos feridos. Restaurado o governo na capital provincial, os presos,

em sua maioria militares, tiveram penas severas que, mais tarde, foram abrandadas pelo próprio governo da Regência.

A despeito dos descontentamentos dos militares, boatos infundados sobre a volta de D. Pedro I e querelas de partidos, havia outras questões que grassavam no meio da arraia-miúda: insatisfações por causa de contratações apadrinhadas na recém criada Tesouraria Provincial<sup>24</sup>, aumento do preço da aguardente como consequência de majoração nos tributos que incidiam sobre a bebida e, a meu ver, um fato que transtornou aqueles mais humildes: a decisão do governo provincial de proibir enterramentos nas igrejas, o que poderia soar como uma heresia ou afronta ao mais elementar direito de um cristão temente a Deus.<sup>25</sup>

A revolta também colocou em oposição Bernardo Pereira de Vasconcellos e Honório Hermeto Carneiro Leão. Vasconcellos era, como já assinalado, vice-presidente da província e Carneiro Leão Ministro da Justiça da Regência Permanente. O Ministro foi acusado de fazer vistas grossas ao movimento, pois tinha fortes ligações familiares com um dos líderes da rebelião, Manuel Soares do Couto, de quem era amigo primo, e cunhado. No Parlamento, deputados amigos de Vasconcellos acirraram o debate que culminou com a renúncia do Ministro, dividindo, na província mineira, as forças políticas entre Vasconcellos e Hermeto.

Mello e Souza reassumiu o poder dois meses depois, em maio de 33, mas sua volta não significou a paz na Província, agitada com as penas severas aplicadas aos revoltosos. No final do ano foi substituído por Antonio Paulino Limpo de Abreu, seu amigo e contra parente e, no ano seguinte, foi eleito para a primeira legislatura da recém criada Assembleia Provincial. Foi também nomeado vice-presidente da província ainda durante o segundo exercício de seu conterrâneo Antonio Paulino Limpo de Abreu e, em 1836, foi escolhido pelo regente Diogo Feijó para ocupar uma cadeira no Senado. A escolha de Mello e Souza se deu antes mesmo de Bernardo P. de Vasconcellos, que seria escolhido somente em 1838, apesar de sua explícita intenção de ocupar a cadeira senatorial e sua importância como deputado e articulador político. Picuinhas de Feijó contra Vasconcellos.

<sup>24</sup> A criação da Tesouraria Provincial beneficiou os segmentos mais poderosos porque o controle das rendas das províncias ficava subordinado ao governo provincial e os empregados da repartição eram controlados pelos deputados, daí abria a possibilidade de apadrinhamentos para os empregos e ingerência dos mesmos deputados nos assuntos da Tesouraria.

<sup>25</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Op.cit. pág. 315.

Manoel Ignácio participou do Clube da Maioridade e foi um dos signatários do projeto apresentado por Holanda Cavalcanti no mês de maio de 1840 que anteciparia a maioria do príncipe D. Pedro. No ano seguinte, foi nobilitado pelo menino imperador com o título de Barão do Pontal<sup>26</sup>, homenageando a sua propriedade às margens do rio Piranga. E foi na tão amada fazenda do Pontal que faleceu, sendo enterrado em seu cemitério particular.

O Barão se enquadra bem no arquétipo de um político-empresário da época inserido na lógica da busca de seus objetivos de expansão (e obtenção) de riquezas, independentemente se fosse adepto do projeto liberal ou, posteriormente, regressista. A visão de mundo, o sentimento de pertencer a uma categoria “superior” e diferente das camadas menos favorecidas, as expectativas em relação ao futuro que moldavam a consciência da sociedade aristocrática – na qual Mello e Souza se inseria num dos degraus mais altos da hierarquia social –, todos esses elementos se ajustam aos depoimentos de autores coevos, como Francisco Ferreira de Rezende: “Quando, porém, eu me conheci por gente, ou nos primeiros tempos da nossa vida independente era inteiramente aristocrático o sentimento que então dominava, (...) cada raça e cada uma das suas classes nunca deixavam de mais ou menos manter e conhecer o seu lugar.” E mais adiante observa ainda que “naquele tempo a desigualdade ou que a distinção das classes era de tal natureza, que não só cada uma das classes procurava ter sempre a sua igreja própria; mas que ainda os próprios santos dos céus pareciam não pertencer a todos”.<sup>27</sup> No caso, o Barão tinha, ainda, seu próprio cemitério.

Durante sua vida recebeu três heranças: a primeira (1830) e bem substancial veio de seus tios que não tinham filhos e o consideravam como tal, a segunda (1852) de seu irmão o Cônego Antonio José de Mello<sup>28</sup> que comandou a paróquia de Barra Longa por 23 anos. Como era comum entre os padres da época, o Cônego era, ao falecer, um homem rico. Deixou para o irmão 26 escravos, terras e casas na Barra Longa, Mariana e Juiz de Fora. A terceira (1857) foi mais simbólica – o legado da forra Senhorinha Rocha. Uma quarta herança recebida de uma senhora solteirona, talvez irmã de sua tia Antonia Constância da Rocha, teria sido a origem da fazenda do Pontal. Infelizmente não foram encontrados indícios que comprovassem o recebimento desse legado.

<sup>26</sup> Há certo desencontro de datas quanto à doação do baronato de Mello e Souza. Em um documento dá como se ele recebesse o título em 1841 e outro, uma espécie de recibo onde ele teria pagado 200\$000 para passar a Carta a 27 de agosto de 1844. O mais provável é que ele tenha sido nobilitado em 1841, mas o título só saiu em 44.

<sup>27</sup> REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. S. Paulo/B.Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1988, pág. 162.

<sup>28</sup> CSM: 1º ofício, cód. 41, auto 934. Inventário com testamento de 1852.

Além da fazenda do Pontal, Manoel Ignácio de Mello e Souza possuía mais duas propriedades na região: as fazendas do Gualaxo e do Lima, esta última próxima a Juiz de Fora. Para suas estadias na Corte, por conta de suas obrigações como deputado e depois senador, possuía uma chácara nos arredores da cidade do Rio de Janeiro.

Em Mariana, primeiro local a se fixar após chegar de Portugal, Mello e Souza possuía um lindo e imponente sobrado na Rua Direita, próximo à Sé, que até hoje está lá para quem quiser apreciá-lo e é conhecida como “a casa do Barão”. Na sua fachada, o que chama mais atenção dos passantes são as quatro sacadas rendilhadas feitas em pedra sabão, consideradas peças únicas na arquitetura barroca mineira.<sup>29</sup>

Homem de negócios e político, tudo leva a crer que tinha vida atribulada, deslocando-se continuamente entre a província e a Corte. Conciliava suas duas atividades contando com funcionários competentes.

É bem provável que o Barão fosse um partido disputado, mas solteirão convicto não sucumbiu aos desejos de formar uma família *comme il faut*. Porém, em seu testamento revela um pouco de sua vida íntima: “Declaro que meus Pays são falecidos e que não fui cazado; porem tive fragilidade e comunicação ilícita com mulheres solteiras o que resultou o nascimento de duas filhas que reconheço como tais (...)”.<sup>30</sup>

Em vida reconheceu uma filha, Ignácia Luiza, casada com Albino Cerqueira Leite e no testamento reconhece outra filha, Antonia Felícia, casada com Francisco Machado de Magalhães.

Seu espólio foi motivo de disputas acirradas entre as filhas e os genros, num processo que se prolongou por vários anos com todas as mesquinhas que caracterizam as brigas por heranças.

Evidentemente usei o Barão como uma figura emblemática. Ele seria então um dos representantes da Zona da Mata norte no processo de configuração do Estado nacional. Astuto homem de negócios, político discreto e articulado soube, nesse momento conturbado da história, se projetar como um dos mais proeminentes elementos da província mineira na complexa engenharia política do período regencial ao lado dos liberais moderados. Mas, como observou Lenharo, esses homens não souberam criar um projeto consistente para enfrentar a onda regressista. Terminada a Regência continuaram recebendo afagos do governo central, afinal eles representavam setores que estavam na base do apoio ao regime, mas, sem dúvidas, perderam muito do prestígio que gozaram nos anos em que o Brasil foi governado pelos regentes.

<sup>29</sup> *Dossiê de restauração. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. B. Horizonte: Fund. João Pinheiro, s/d. Ver também [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).

<sup>30</sup> BIBLIOTECA NACIONAL: Seção de Manuscritos, I, 32, 6, 23.